

COLOQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A “VELHA” MÁXIMA DA GEOGRAFIA TRADICIONAL: “A GEOGRAFIA É UMA CIÊNCIA DE SÍNTESE”

PEREIRA, Aécio de Sousa

Graduado em Geografia - Unimontes¹

aeciosp@yahoo.com.br

SILVA, Cássio Alexandre da

Professor do Departamento de Geografia - Unimontes

cassio.silva@ig.com.br



Resumo

A Geografia tem passado por várias mudanças após 1950 principalmente, no que diz respeito a seus métodos, técnicas ou mesmo no seu conhecimento como um todo sendo que algumas verdades que eram tidas como “absolutas” perderam toda sua “funcionalidade” perante este novo quadro. Porém, algumas destas “insistem” em sobreviver nas concepções de alguns geógrafos. Este trabalho tem como objetivo discutir uma destas “verdades absolutas”, ou seja, a máxima da Geografia Tradicional: “A Geografia é uma ciência de síntese”, segundo alguns autores do pensamento geográfico. Para se chegar aos resultados almejados procurou-se fazer uma pesquisa bibliográfica, constatando assim certos entendimentos, e a funcionalidade que tal máxima teve dentro do conhecimento geográfico.

Palavras Chaves: Geografia, síntese, máxima, descrição

¹ Universidade Estadual de Montes Claros - MG

Introdução

Depois de aproximadamente 150 anos, quando a Geografia tomou notoriedade de ciência e conseguiu definitivamente um assento nas instituições acadêmicas, algumas questões que dizem respeito a seu método, sobre seu objeto, limites, ou mesmo sobre o próprio conhecimento geográfico “teimam” em ser debatidos com todo o fervor por muitos autores, o que é bom para a Geografia, pois mostra que esta está sempre se renovando e buscando enquadrar-se na realidade social contemporânea. Para muitos, no entanto, a discussão de tais temas parecem não ter importância devido a estes acreditarem que a Geografia atual tem outros assuntos muito mais importantes para serem abordados. Mas, acredita-se aqui, que voltar a esta temática é pensar na essência do que é Geografia.

Apesar de ser um saber secular, a Geografia encontrou no século passado, a partir de 1950, um processo de renovação de seu conhecimento ou mesmo de ruptura com este tido como “tradicional”. Conseqüentemente, dentro de várias transformações ocorridas internamente neste campo de saber, algo que interessa diretamente a este trabalho pode ser observado que é a rejeição da reflexão geográfica daquele momento à “verdades absolutas” ou “máximas” que até ali nortearam o pensamento geográfico.

Mais precisamente, o presente trabalho se aterá à máxima “A Geografia é uma ciência de síntese”. O principal motivo que levou a realização deste trabalho é antes de tudo de ordem pessoal, pois, seria mais precisamente uma espécie de angústia vivenciada pelos autores em perceber no discurso do dia-a-dia da academia o uso de maneira quase corriqueira de referida máxima e paralelamente perceber que alguns autores consagrados da Geografia condenam o seu uso; nota-se uma situação que se mostra no mínimo incoerente e que inspirou a realização deste trabalho. Tendo em vista essa problemática, foi objetivo geral do texto discutir a máxima “A Geografia é uma ciência de síntese”, de acordo com os vários autores da Geografia e para se chegar aos resultados almejados procurou-se fazer uma pesquisa bibliográfica.

Para se evitar uma divisão que poderia dar um caráter simplista ao texto e por conseqüência, minimizar alguns aspectos importantes deste, optou-se por apresentá-lo sem subdivisões, ou seja, após esta breve introdução, o item posterior já é a discussão da máxima, na qual ela foi analisada de acordo com alguns geógrafos, e logo após, chega-se as considerações finais, traçando alguns resultados ou aproximações.

Discutindo a Máxima

Observa-se que há, devido principalmente a um caráter de maior complexidade das relações sociais, uma série de novos temas ou não (há temas que não são novos), que são abordados ou são passíveis de serem abordados pela Geografia, alguns desses temas carregam até certa urgência em serem por ela estudados. Por isso, talvez muitos possam achar que voltar a temas como o aqui proposto, ou seja, a discussão da “velha” máxima da Geografia Tradicional² “A Geografia é uma ciência de síntese”, seja uma perda de tempo, todavia é suposto aqui que temas que tratem da essência do que é Geografia, seus métodos, os limites desta ciência, são de suma importância para o entendimento em nível epistemológico³ ou, do que de fato é a Geografia. Com relação aos debates desse assunto, Gomes (1997, p. 13), legitima-o dizendo que:

[...] esta persistência deveria despertar o incômodo, por exprimir a incerteza daqueles que trabalham sobre um domínio sobre o qual pairam reiteradas dúvidas que afetam seu reconhecimento, sua legitimidade e sua importância [...] Por isso voltamos a este assunto, acreditando que os debates não foram encerrados [...]

Considerando-se o ano de 1845, (ano em que Humboldt lança o livro *Cosmos*), como a data em que a Geografia consegue sua autonomia enquanto área do saber específico⁴ (Sodré, 1984, p.30) pode-se observar que a máxima ou mesmo o entendimento da Geografia como ciência de síntese surge antes mesmo desta data. Na realidade, essa idéia já está presente no século anterior, no momento em que a Geografia começava a tomar status de ciência. Isto pode ser creditado ao filósofo Immanuel Kant (1724-1804), que ministrou o curso de Geografia por mais de 40 anos em uma Universidade na Alemanha. Conseqüentemente, ela passa a ser caracterizada como uma ciência de síntese, por causa principalmente das formulações feitas por este último. Para ele, segundo Moraes (1990, p.14), existiam dois tipos de ciências: as “especulativas” e as “empíricas”; enquanto as primeiras eram apoiadas na razão, as segundas apoiavam-se nas observações, isto é, no sensível. A Geografia faria então

² Segundo Corrêa (2001, p.17), é o conjunto de correntes geográficas que surgem a partir de 1870 e vão até 1850 quando surge a Geografia Pragmática nos Estados Unidos.

³ Entende-se por Epistemologia aqui o que Sposito (2000, p.349), chama de “[...] à gênese e à estruturação das ciências, por conseguinte a tudo que se produz dentro de sua abrangência e dentro de uma perspectiva do crescimento do conhecimento”. Mais adiante, o complementa dizendo que “No caso da Geografia moderna, a Geografia tem sido utilizada para examinar todo conhecimento geográfico, científico e outros.”.

⁴ Se fosse possível e necessária a demarcação de uma data específica.

parte das segundas, ou seja, a ela caberia fazer a síntese dos conhecimentos sobre a natureza⁵, a Geografia trabalharia em cima de uma visão corológica descrevendo os inúmeros fenômenos que ocorrem na superfície da Terra, usando para isto um grande número de ciências.

Os dois autores que se encarregaram de sistematizar a Geografia, no caso os alemães Alexandre von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), afirmaram-na como uma ciência de síntese, dando assim continuidade as formulações kantianas e nesse sentido, destacando principalmente, o pensamento humboldtiano, pois para ele, de acordo novamente com Moraes, (1990, p.118), a Geografia “[...] é sem dúvida uma ciência de síntese, que aborda fenômenos diversificados buscando relações. Essas relações têm por base a superfície terrestre.” Busca-se assim a apreensão do todo através da observação e da descrição de seu objeto que no caso seriam “as conexões entre os fenômenos da superfície terrestre”; desta maneira, percebe-se que estas concepções colocam para o temário geográfico um número notavelmente grande de fenômenos que deveriam ser abordados por esta ciência.

Importante se faz dizer que as formulações feitas por estes dois últimos autores vão influenciar praticamente toda a Geografia Tradicional que se segue e apesar deste trabalho não poder afirmar isso, acredita-se que a própria idéia de Geografia como ciência de síntese, será uma dessas formulações que terão influência. A máxima que aqui está sendo discutida, aliada à outras máximas e a alguns princípios serão de suma importância para a Geografia Tradicional, pois de acordo com Moraes (1990, p.25-26), estes “princípios” e “máximas” serão os responsáveis pela unidade e pela continuidade da Geografia enquanto pensamento científico. Assim, torna-se oportuno citar ainda de acordo com Moraes, estes “princípios”, que seriam: o “princípio da unidade terrestre”, o “princípio da individualidade”, o “princípio da atividade”, o “princípio da conexão”, o “princípio da extensão”, o “princípio da comparação” e o “princípio da localização” e também as “máximas”, que por sua vez seriam: “A Geografia é uma ciência empírica pautada na observação”, “A Geografia é uma ciência de contato entre o domínio da natureza e o da Humanidade” e a que dentro do contexto do presente trabalho, mais interessaria, ou seja, “A Geografia é uma ciência de síntese”.

Para entender o papel desta última máxima, na Geografia Tradicional é preciso estar atento para o fato de naquele momento (fins do século XIX), haverem várias outras disciplinas buscando delimitar seus objetos de estudo, todas obedecendo a uma lógica

⁵ De acordo com Moreira (2006, p.19), entende-se por natureza neste contexto, todo o mundo da percepção, o sensível, o mundo objetivo.

positivista⁶ que era o fundamento filosófico comum praticamente para todas. Não fugindo a regra, a Geografia também se fundamentava em torno dessa corrente filosófica e por assim dizer, usa tal “máxima” para definir sua área de estudo, pois, uma vez tendo como fim a síntese dos fenômenos ocorridos na superfície terrestre tinha-se assim a unidade geográfica. Esta “máxima” também age no sentido de suprir a falta de clareza de seu objeto, Moraes (1990, p.58), define essa situação dizendo que

[...] Tal idéia, que postulava um conhecimento excepcional, desvinculava tal ciência de uma exigência do próprio positivismo – a definição precisa do objeto de estudo. Assim, esta máxima serviu para legitimar o estudo geográfico com base num fundamento, do qual não se cumpre uma exigência central.

Esse “conhecimento excepcional” citado acima se refere principalmente à incessante busca de um discurso que tem como objetivo abranger o todo⁷, utilizando-se da ajuda de outras ciências (economia, demografia, climatologia, geomorfologia, etc.). Tem-se aqui um caráter anti-sistemático que por vezes foi legitimado por alguns geógrafos como sendo de fato o caráter diferencial ou a particularidade da ciência geográfica, é o caso do geógrafo “estadunidense” Richard Hartshorne, por exemplo, que para Moraes (1990, p.87), entende a Geografia como um “ponto de vista”, cabendo a ela estudar os fenômenos da superfície da terra que são abordados por outras ciências.

É preciso dizer que a Geografia agindo dessa maneira caía em uma espécie de “contradição”, pois se se consegue uma unidade em termos de discurso, esta era uma unidade fragmentada, o que fez esse discurso emitir uma forte noção de vaguidade. De certo modo, pode-se dizer que ao buscar limitar o seu campo de ação, ela agiu contrariamente ilimitando-o, uma vez que, quais fenômenos que ocorressem na superfície da Terra não seriam geográficos a partir dessa concepção?

Pode-se observar que em toda Geografia Tradicional, independentemente do objeto que era adotado pelas diferentes correntes (paisagem ou a relação homem-meio), (Moreira, 2006, p.119), a tônica descritiva do real, ou seja, dos fenômenos que fazem parte do todo estão sempre presentes. Isso na realidade vai perfazer esse discurso em sua totalidade, usando sempre como foi dito a ajuda de outras ciências. Entretanto, para Moreira (2006, p.123), essa

⁶ Por positivismo aqui se entende o que Sposito (2000, p.350) *apud* Johnston, define como uma posição filosófica segundo a qual só é válido o conhecimento proveniente da experiência sensível e, portanto, o conhecimento que adota o empirismo como método de abordagem.

⁷ Neste caso o todo se refere a toda a superfície da Terra e conseqüentemente sua abrangência de fenômenos.

Geografia era um “amontoado caótico de um todo como discurso”, ou “uma ciência de tudo, mas sem conteúdo”.

A postura encontrada no autor anteriormente citado pode ser justificada pelo fato dessa Geografia em questão ter um caráter enciclopédico e superficial e sendo assim, ela trabalhava com uma série de temas, por isso era uma “ciência de tudo”, sem, no entanto, ainda segundo Moreira (2006, p.123), apresentar um elo conceitual desses temas com o próprio discurso geográfico. Toda essa situação faz o mesmo autor dizer que

“Não deixa de ser incômodo constatar serem a vagueza e a opacidade as marcas registradas desse discurso de popularidade secular e que desde longo tempo vem sendo um dos pilares da formação da concepção de vida, de sociedade e de mundo de gerações a fio. Mas o fato é que opera ele sem o rigor conceitual necessário de uma ciência, o seu conjunto tendendo a ser uma frouxa reunião de cacos numa totalidade feita aqui na dependência da maior habilidade e ali da inteligência do geógrafo”.

(MOREIRA, 2006, p.123).

Partilhando dessa mesma opinião, Gomes (2000, p.262), chega a citar a definição de “enciclopédia” feita por Diderot para ilustrar os traços comuns entre esta e a Geografia. Para Diderot “O objetivo de uma Enciclopédia é o de reunir os conhecimentos esparsos sobre a superfície terrestre; de expor o sistema geral aos homens com quem vivemos, e de transmiti-los aos homens depois de nós” verifica-se assim, uma grande semelhança entre ambas.

Nota-se então que essa apreensão do todo é algo que norteia o conhecimento da Geografia Tradicional, todavia, essa visão totalizadora não é atingida e o caminho para se chegar a ela muitas vezes foi no mínimo equivocado. Na realidade, para se chegar a real síntese científica, concordando com Moreira (2006, p.123), era preciso haver a interligação entre os corpos físicos e o do homem, seguindo um caminho comandado pela reflexão intelectual, via conceito. Contudo, a Geografia trilhou o caminho do empirismo metodológico visando a descrição dos aspectos visíveis.

É curioso notar que mesmo após 1950, quando a Geografia entra em processo de renovação, surgindo as duas principais correntes geográficas que dividirá de certo modo o pensamento geográfico, isto é, a Geografia Pragmática⁸ (1950-1960) e a Geografia Crítica⁹ (1970), o discurso dessa ciência apesar de todas as críticas efetuadas por estas correntes à

⁸ De acordo com Moraes (1990, p.100), entende-se por Geografia Pragmática, a corrente de origem “estadunidense”, que tinha por finalidade criar uma “tecnologia geográfica” a fim de intervir no espaço geográfico. Para tanto, rompeu com a Geografia Tradicional, no que diz respeito ao seu caráter mais prático e científico.

⁹ Entende-se aqui por Geografia Crítica a corrente que surgiu da década de 1970 fundada no materialismo dialético. Segundo Corrêa (2001, p.23), “Trata-se de uma revolução que procura romper, de um lado, com a Geografia Tradicional e, de outro com a Geografia Quantitativa.”.

Geografia tradicional, continuará a busca por esta sintetização do todo. Isso não será mais em cima da paisagem ou da relação homem-meio que eram os objetos da Geografia Tradicional e sim da organização espacial da sociedade. Alguns autores como Moreira (2006, p.119), seguem este raciocínio; outro que comunga da mesma opinião é Hissa (2006, p.273), apud Silva, que mostra que a grande maioria dos geógrafos clássicos ou modernos além de manterem a idéia de síntese não conseguem chegar a uma visão do todo.

Dentro dessas novas correntes geográficas pós 1950, é perceptível que a máxima que aqui é objeto de estudo não se encontra de maneira explícita nas formulações epistemológicas da Geografia Pragmática, apesar de Gomes (2000, p.262), dizer que David Harvey enquanto geógrafo desta corrente nega a Geografia proposta por Harstshorn, isto é, ele nega o caráter anti-sistemático dessa Geografia. O mesmo pode ser dito com relação à Geografia Humanista¹⁰. A Geografia Crítica por sua vez, irá tecer profundas críticas com relação as suas antecessoras e dentre essas críticas o papel e o conteúdo da referida máxima será abordada por quase todos os autores dessa corrente, dentre esses autores destacam-se: Lacoste (1988, p.96), Quaini (2002, p.25), Santos (1986, p.97), Moraes e Costa (1999, p.53), Moreira (1985, p.63), todos se referem à máxima em suas obras.

Como ao longo dessa discussão já foram delineadas algumas concepções dessa corrente no que diz respeito à máxima em questão, principalmente pelo fato das maiores críticas com relação a esta virem exatamente desta corrente, basta então inserir outras considerações que a Geografia Crítica aborda como o caráter pretensioso da Geografia em realizar tal síntese. SANTOS (1986, p.98), argumenta de maneira a condenar determinada prática, dizendo que:

[...] Trata-se de uma mania de grandeza insuportável, que não se justifica, uma pretensão insuportável. Primeiro, porque a geografia jamais desenvolveu o instrumental necessário para realizar a necessária síntese; segundo porque é uma estultícia reservar esse papel de escola para uma só disciplina. Todas as ciências são de síntese ou simplesmente não são ciências[...]

Lacoste (1988, p.96), também ressalta o desconhecimento do geógrafo com relação às características não menos sintéticas das outras disciplinas as quais eles recorrem. Assim, a Geografia traz como uma particularidade do seu discurso algo que é comum a todo pensamento científico.

¹⁰Ainda segundo Corrêa (2001, p.30), a Geografia Humanista surgiu na década de 1970, estando assentada “na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real”.

Dessa maneira, pode-se ressaltar que a “máxima” “A Geografia é uma ciência de síntese” encontra suas origens dentro da história do pensamento geográfico nas formulações kantianas, passando por toda a Geografia Tradicional como um dos elos vitais da Geografia; foi tida como uma das verdades absolutas ou intocáveis da mesma, o que leva Moraes (1990, p.72), a dizer que ela junto com as outras “máximas” e “princípios” passaram de maneira não crítica por toda essa Geografia Tradicional. Ainda segundo este autor, o motivo de não se fazer essa crítica diz respeito ao fato de serem tanto as “máximas”, quanto os “princípios” os elementos que dariam o que ele chama de “autoridade” à Geografia como ciência.

Toda essa dificuldade de se fazer essa síntese totalizadora pode estar relacionada ao isolamento da Geografia com relação a outras disciplinas, Santos (1986, p.100), diz que esta “padece de uma interdisciplinaridade” principalmente com relação à filosofia; de maneira geral, houve uma falta de comunicação com outros saberes. O autor chama atenção ainda para o fato de contraditoriamente os geógrafos acharem que de fato fazem uma interdisciplinaridade, simplesmente por utilizarem os conteúdos de outras disciplinas. A Geografia Crítica consegue assim, desenhar um quadro geral a respeito de tal máxima.

Considerações Finais

Pode-se dizer sem mais delongas que este trabalho conseguiu atingir seu objetivo no que diz respeito à discussão da máxima, isto é, procurou-se mostrar toda a sua funcionalidade, principalmente dentro da linha de raciocínio da Geografia Tradicional e por consequência a perda dessa funcionalidade.

“Percebeu-se” então, que a máxima “A Geografia é uma ciência de síntese”, fora uma das bases da Geografia Tradicional, serviu para dar a esta, uma certa unidade em suas formulações, encobrindo assim a falta de um objeto preciso desta, contudo, ela agia de maneira a deixar o próprio discurso geográfico com um caráter vago; de imodéstia; enciclopédico, sem falar que pegava algo que é comum a todo conhecimento científico e transforma em algo específico da Geografia que é o ato de se fazer uma síntese.

A questão é que hoje não mais seria possível a passagem dessa “máxima” nos mesmos moldes que ocorrera na Geografia Tradicional, pois, apesar do presente trabalho não negar a grande complexidade do tema aqui discutido é inegável que as críticas feitas pela atual Geografia são extremamente claras e contundentes, quando se trata de mostrar o verdadeiro papel dessa máxima, no contexto da Geografia Tradicional. No entanto, há uma

possibilidade de que ainda hoje existam geógrafos que vêem a Geografia com o ponto de vista da máxima e a reafirmam sem maiores preocupações, ou seja, tratam-na como se ela fosse capaz de fato de realizar uma “super” síntese a cerca dos conhecimentos de outras ciências. Não se sabe se derrepente falta leitura a estes geógrafos (parece óbvio), ou seria mesmo uma situação de comodismo, em que, a visão de uma ciência geográfica que estuda tudo, utilizando todo um instrumental provenientes de outras disciplinas, seria ainda uma visão muito atraente para alguns geógrafos.

De maneira geral, não se pode culpar por inteiro os acadêmicos, pelo contrário, desde que a Geografia ganhou status de ciência que ela tem por objetivo fazer essa síntese com relação a aspectos sociais, econômicos e físicos da Terra, ou seja, objetiva o todo, por consequência é uma forma de saber que a muito vem acompanhado por problemas relacionados à sua definição, método, ou mesmo epistémico. A própria definição da profissão de “geógrafo” reflete a indefinição do que vem a ser Geografia, devido em grande parte a grande abrangência do campo de trabalho que este profissional possui.

Por outro lado, porém, é injustificável viver de discursos passados que não encontram funcionalidade na atualidade, e esquecer que é por conta de fatores como este, ou seja, essa falta de conhecimento por parte dos próprios geógrafos da essência do que é Geografia que muitos deles reclamam da invasão de outras disciplinas neste campo, desconhecendo deste modo, a dinâmica existente entre estes campos do saber, além de ter uma idéia clara de limites entre o que uma e outra ciência abordam que na realidade não são tão claros assim. De um modo, ou de outro, faz-se necessário à inserção de todos os geógrafos na discussão de temas essenciais para o conhecimento geográfico e o primeiro passo para isso seria não negligenciar questões que demoraram mais de um século para serem esclarecidas e de alguma maneira representaram um atraso para a Geografia.

Referência Bibliográfica

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org). *Geografia: conceitos e temas*. 3º edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p.15-47.

GOMES, Paulo César da. Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.13-42.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserção da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra*. Campinas: Papyrus, 1988.

MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia Pequena História Crítica*. 9ª edição. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

QUAINI, Massimo. *Geografia e Marxismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. *INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA: geografia e ideologia*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984.

SPOSITO, Eliseu Savério. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, Iná Elias de, MARIANA, Miranda e EAGLER, Cláudio A. G. (org). *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.347-359.